



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE FUNDOS E DE RECURSOS EXTERNOS

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ AMBIENTAL RIO DOCE

A 2ª Reunião Ordinária do Subcomitê Ambiental Rio Doce ocorreu no dia 12 de fevereiro de 2026, entre as 9h30 e 11h40, na modalidade presencial e por videoconferência, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima.

1. PARTICIPANTES

Membros do Subcomitê Ambiental Rio Doce:

Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

- Anna Flávia de Senna Franco (Suplente);
- Moara Menta Giasson (Titular);
- Rodrigo Martins Vieira (Suplente).
- Casa Civil da Presidência da República
- Petula Ponciano Nascimento (Titular).

Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

- Samuel Shwaida (Suplente).

Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

- Adalberto Maluf (Titular);
- Iara Bueno Giacomini (Titular);
- Anderson Felipe de Medeiros Bezerra (Suplente).

Outros participantes:

- Luiz Felipe de Luca de Souza (ICMBio);
- Venorica Alberto Barros;
- Anna Clements Mannarino (BNDES);
- Emerson Marcello Ferreira Anastacio (Casa Civil);
- Iara Campos Ervilha (Casa Civil);
- Ana Cristina Crocco Martins (BNDES);
- Shanna Nogueira Lima (BNDES);
- Anna Paula Lage Ribeiro (FEST);
- Patrícia Soares (FEST);
- Fabian Sá (UFES);
- Carlos Machado (SECEX/MMA);
- Karine Bernardes de Souza (Ibama);
- Ana Carolina F. da Veiga (Ibama);
- Luiz Felipe L. S. Cruz (DAIA/MMA);
- Joseane Rosa (DFRE/MMA).

2. ABERTURA

A reunião foi aberta pela representante da Secretaria Executiva, Anna Flávia de Senna Franco, que agradeceu a presença de todos e destacou a importância da consolidação dos fluxos de implementação do Acordo Rio Doce. Lembrou que existem projetos em andamento e que estes podem dar retorno à sociedade após 10 anos do desastre de Mariana. Em seguida, passou a palavra ao Diretor de Gestão de Fundos e Recursos Externos, Rodrigo Martins Vieira, para condução dos encaminhamentos formais.

3. VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

Realizou-se a verificação de quórum, confirmando-se a presença mínima necessária para deliberação.

4. APROVAÇÃO DA PAUTA

A pauta, enviada previamente com ofício de convocação e com antecedência mínima de sete dias, foi aprovada por unanimidade.

Pauta de deliberação:

- 1) Abertura e verificação do quórum;
- 2) Aprovação da pauta;
- 3) Apresentação e deliberação sobre o Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática (PMBA) do ICMBio;
- 5) Deliberação sobre o Plano Anual de Aplicação de Recursos - 2026;
- 7) Informes e encerramento.

5. DELIBERAÇÕES

5.1 Apresentação e deliberação sobre o Projeto do ICMBio – Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática (PMBA)

O primeiro item de deliberação tratou do Projeto do ICMBio, desenvolvido em parceria com Fundação Espírito-Santense de Tecnologia (FEST) e da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O representante do ICMBio, Luiz Felipe, registrou que o programa vem sendo executado há sete anos e a expectativa é de seu reenquadramento em uma nova fase, alinhada à governança estabelecida pelo Novo Acordo do Rio Doce.

Durante a apresentação do projeto, foi informado que o PMBA realiza monitoramento abrangente da bacia do Rio Doce, contemplando a porção mineira e capixaba, bem como a região costeira até Abrolhos. Destacou-se que o programa é robusto e com grande complexidade técnica, sendo de alto custo devido às necessidades de reposição de equipamentos científicos e do expressivo contingente de pessoal para a sua execução, em atendimento à obrigação de fazer prevista na Cláusula 3, inciso I, do Anexo 17 do

Acordo de Repactuação, que determina a continuidade do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática pelo período de 10 (dez) anos.

Após apresentação do PMBA, a palavra passou para Ana Flávia de Senna Franco que comentou sobre a importância do projeto e perguntou se os estados e os setores públicos de Minas Gerais e Espírito Santo têm algum tipo de interação com a ação. Foi explicado pelos representantes da Fest que órgãos estaduais participaram da elaboração da nova fase do projeto e de oficina na qual foi elaborada novo termo de referência.

Em Seguida, a palavra foi concedida a Moara Menta Giasson (DAIA/MMA) que comentou a questão do custo total do projeto, ressaltando que, como está prevista uma revisão a cada três anos, os valores podem ser reavaliados. A representante ainda destacou a necessidade de evitar a sobreposição entre o PMBA e as ações do Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático (PMQQS), que é executado pela Samarco. Seria necessário deixar claro que o projeto do PMBA não está nos mesmos locais do PMQQS ou realizando as mesmas análises.

Após apresentação técnica da UFES/FEST e do ICMBio e das deliberações entre os representantes do Subcomitê, o Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática (PMBA) foi aprovado por unanimidade.

Ficaram registrados os encaminhamentos necessários para alinhamento entre PMBA com o PMQQS, de forma a evitar sobreposições e duplicidades, conforme previsto no Acordo Judicial.

5.2 Aprovação do Plano Anual de Aplicação de Recursos – PAAR 2026

Dando continuidade à pauta da reunião, foi apresentado o Plano Anual de Aplicação de Recursos – 2026, com os dois projetos do ICMBio. O primeiro: o projeto de Consolidação das Unidades de Conservação Federais na Bacia do Rio Doce e na área costeiro-marinha (1ª etapa), no valor de R\$ 76.546.875,94, que tinha sido aprovado na primeira reunião do subcomitê. O segundo, apresentado no dia, foi o Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática (PMBA) no valor de 1.000.000.000,00.

O Plano anual para 2026 foi aprovado pelo subcomitê (Anexo), conforme competência estabelecida na Portaria GM/MMA nº 1.419, de 11 de junho de 2025, que institui o Subcomitê Ambiental e define suas atribuições para deliberação sobre os planos de aplicação de recursos.

Aproveitando a oportunidade, Luiz Felipe de Luca de Souza (ICMBio), explicou que o cronograma financeiro do projeto de Unidades de Conservação, aprovado em 2025, será reprogramado para iniciar em 2026.

Petula Ponciano Nascimento (Casa Civil) explicou que, caso o plano anual precise de ajustes no cronograma, não será necessário passar novamente pelo Subcomitê. O Ministério responsável pode submeter diretamente ao comitê Rio Doce, caso haja necessidade. Deve-se, então, preencher a planilha e incluir justificativa do ajuste.

6. INFORMES

Rodrigo Martins Vieira (DFRE/MMA) informou sobre reunião realizada com a Casa Civil na qual foram esclarecidos pontos relativos à documentação e à execução de projetos. Espera-se que a partir de agora sejam apresentados mais projetos e que sejam apresentados sem problemáticas. Também foi comentado que a próxima reunião seja realizada após o carnaval, com as apresentações dos projetos do IBAMA.

Petula Ponciano Nascimento (Casa Civil) explicou que existe agendamento do Comitê Rio Doce até o final de março tendo como pauta alguns editais e chamadas.

Luiz Felipe de Luca de Souza (ICMBio) informou que existem outros projetos sendo produzidos. São projetos de acompanhamento e supervisão dos programas, além de outras obrigações. Também será apresentada outra proposta para as Unidades de Conservação. Complementou que está sendo estruturado um novo projeto de intervenção para supervisão do PMBA, com participação dos estados. Informou, ainda, que será realizada análise técnica, pela FEST supervisionada pelo ICMBio, com fins de identificar possíveis sobreposições entre o PMBA e o PMQQS, evitando custos adicionais ao programa e trazendo eficiência e efetividade para as ações ambientais da Bacia do Rio Doce.

Moara Menta Giasson (DAIA/MMA) reforçou que uma oficina está sendo organizada para o mês de março entre os estados e os órgãos federais para alinhamento das ações, a depender da confirmação de apoios financeiros logísticos.

7. PRÓXIMOS PASSOS

- Promoção de oficinas e eventos para integração dos órgãos estaduais e federais, com cronograma a ser divulgado durante o mês março de 2026.
- Apresentação e deliberação sobre projetos do Ibama em reunião prevista para março de 2026, a depender das tratativas de apoio à realização do evento.
- Convocação da próxima reunião ordinária para o início de abril de 2026.

8. ENCERRAMENTO

Todos os tópicos foram discutidos conforme a pauta, sem observações adicionais relevantes. Anna Flávia agradeceu formalmente a presença e colaboração de todos, registrando o encerramento da reunião. Todas as decisões foram ratificadas pelos presentes, que efetuariam a assinatura eletrônica da ata. Foi estabelecido que a ata será disponibilizada para revisão dos membros até o dia 20/02/2026 para eventuais ajustes antes da publicação final.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada, às 11h45, a 2ª Reunião Ordinária do Subcomitê Ambiental Rio Doce.

ANEXO - PLANO ANUAL PARA 2026 APROVADO PELO SUBCOMITÊ

I - Projetos de intervenção aprovados em Planos Anteriores

#	Projetos de intervenção	Número/ Ano do projeto	Responsável	Entidade de Executora	Plano Anual (Num/Ano)	Valor Aprovado (R\$)	Valor Desembolsado (R\$)
1	Consolidação das unidades de conservação federais na Bacia do Rio Doce e na área costeiro-marinha (1ª etapa)	01/2025	ICMBIO	ICMBIO	01/2025	R\$ 76.546.875,94	R\$ xxx
TOTAL						R\$ 76.546.875,94	R\$ 0,00

II - Projetos de intervenção propostos no presente plano

#	Projetos de intervenção	Número/ Ano do projeto	Responsável	Entidade de Executora	Valor Aprovado (R\$)	Anos de execução	Subtema(s)
1	Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática (PMBA)	04/2026	ICMBIO	ICMBIO	R\$ 1.000.000.000,00	10	Repassa Ações Continuadas
TOTAL					R\$ 1.000.000.000,00		

III - Considerações

Resumo sobre Benefícios e Complementariedade das Ações Propostas

O projeto de intervenção atende à obrigação de fazer assumida pelo ICMBio no Novo Acordo do Rio Doce, especificamente o descrito no Anexo 17, Cláusula 3, inciso I, § 1º Biodiversidade Aquática e dará continuidade as ações do Programa 28 do TTAC (PG 28 -Conservação da Biodiversidade).

Observações (se aplicável)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

IV - Anexos

Listar os anexos

Anexo 1 - Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática (PMBA); Anexo 2 - Cronograma de Desembolso Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática Rubrica do Projeto.

(X) O Comitê do Rio Doce (CRD) autoriza os desembolsos específicos previstos neste plano anual (PAAR).

[Inserir assinaturas digitais dos membros do Comitê do Rio Doce].



Documento assinado eletronicamente por **Iara Bueno Giacomini, Diretor(a)**, em 04/03/2026, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Moara Menta Giasson, Diretor(a)**, em 04/03/2026, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adalberto Felício Maluf Filho, Secretário(a)**, em 04/03/2026, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samuel Fernando Schwaida, Analista Ambiental**, em 05/03/2026, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Petula Ponciano Nascimento**, **Usuário Externo**, em 05/03/2026, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Flávia de Senna Franco**, **Secretária-Executiva Adjunta**, em 05/03/2026, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2245921** e o código CRC **5A76DAAD**.